

# Financiamento do investimento público limita a recuperação

José Nivaldo Gomes  
Cordeiro (\*)



Uma análise, mesmo que rápida, do desempenho da economia brasileira nas últimas décadas mostrará que o gargalo supremo do desenvolvimento tem sido o setor externo. Historicamente, os ciclos de expansão estão associados a fluxos contínuos de recursos em moeda forte para manter a capacidade de pagamento no estrangeiro, ocorrendo o contrário quando há diminuição ou paralisação nestes fluxos.

A crise dos anos 80, não obstante a sua especificidade, também pode ser entendida dentro deste contexto. O fechamento do mercado financeiro internacional de capital aos países devedores como o Brasil foi o gatilho de um longo processo de ajustamento da economia que, em última análise, provocou a recessão e o desemprego.

Entretanto, o caráter da crise dos anos 80 ostenta uma substancial diferença em relação a todas aquelas que a precederam: antes, o setor externo era vital não apenas como mercado absorvedor dos produtos brasileiros mas também como fornecedor de elementos essenciais para o processo de desenvolvimento, sobre tudo máquinas, equipamentos e bens de capital em geral. Agora, o setor externo, à exceção do petróleo, pouco representa, em termos percentuais, como mercado fornecedor para o Brasil, tornando-se, porém, relevante como comprador crescente de produtos brasileiros, pois a dívida externa e o seu enorme custo obrigam a economia brasileira a perseguir grandes saldos comerciais.

Pode-se notar que a necessidade de saldos comerciais anuais superiores a US\$ 10 bilhões se impõe como condição de solvência do Brasil perante seus credores. Reside precisamente neste fato o caráter dialético que assume a dívida externa vis-à-vis o desenvolvimento.

Têm-se discutido nas universidades e nos meios empresariais os limites da recente retomada do crescimento da economia brasileira. Causou perplexidade a taxa de crescimento do PIB em 1985. Como foi possível obtendo aquele enorme saldo comercial no período? Como foi possível conciliar a não importação de poupança externa com crescimento tão significativo?

A resposta a estas questões está ligada objetivamente à nova realidade da economia brasileira. Modernamente, o nosso parque industrial está integrado, portanto relativamente auto-suficiente. Os limites para o crescimento econômico são dois: do lado da oferta, os investimentos, essenciais para manter o processo de desenvolvimento; do lado da demanda, mercados para absor-

ver à crescente produção por estes criada.

A questão dos investimentos parece ser o nó górdio do problema. Para atendê-la, é preciso verificar como se dará o seu financiamento. Historicamente, o investimento privado no Brasil prescindiu de um mercado de capitais desenvolvido, pois as empresas brasileiras têm-se financiado privilegiadamente mediante geração própria de recursos, de lucros retidos. Daí a razão de hoje haver enormes filas para a compra de um simples torno ou de uma simples máquina têxtil, mesmo com restrição creditícia e com a elevada taxa real de juros praticada no mercado interno. Isso acontece precisamente porque o setor privado nacional acumulou lucros ao longo dos últimos anos, podendo, portanto, bancar seus próprios investimen-

tos. Basta uma rápida análise nos balanços das grandes empresas brasileiras para ver como é grande a disponibilidade para investimentos aplicada no mercado financeiro.

A restrição está justamente no investimento público. Isso porque o Estado, estando endividado, tem para si um duplo obstáculo: de um lado, não gera recursos, porque o serviço de sua enorme dívida absorve parte ponderável de suas receitas; do outro, esta mesma dívida impede que o Estado recorra ao crédito para bancar suas necessidades de investimento. E por isso que vemos crescentes carências naquilo que se convencionou chamar de "capital social básico", como energia, transportes, telecomunicações e também em setores estratégicos como siderurgia e mineração.

Résidem exatamente no la-

do da demanda o paradoxo da crise cambial. Ao obrigar o Brasil a transferir recursos para pagamento da dívida externa, os países credores têm de abrir seus mercados e aceitar uma permanente obtenção de superávit, enquanto durar a presente crise, o que significa minimizar possíveis problemas de realização para a economia brasileira. Segue-se que a não administração de uma política deliberadamente recessiva faz com que a economia cresça a altas taxas pelo simples impulso dado pelo setor externo. A impossibilidade de importar além do mínimo essencial torna o mercado interno cativo para os produtores internos, e a necessidade de exportar e obter superávit obriga os países credores a abrir politicamente seus mercados, criando mercados adicionais.

O limite da retomada

atual reside, portanto, no financiamento dos investimentos públicos. Criar as condições para financiar esses investimentos deverá ser a preocupação central da administração do Estado, pois a expansão da produção e dos investimentos privados terá como ponto de estrangulamento a infra-estrutura que o Estado obrigatoriamente tem de oferecer.

Em vista do exposto, cabe de sentido o atual discurso antiestatização. A realidade mostra que sem um rigoroso movimento nos investimentos governamentais, a recuperação observada até o momento poderá ser inviabilizada, o que parece não interessar a nenhum segmento social no presente momento.

(\*) Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas e consultor de empresas em São Paulo.